

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Fiori, Marlon Marcel; dos Santos, Christian F. M.

Colonizadores portugueses, tartarugas e peixes-boi: uma história da busca por carne, gordura e
combustível na Amazônia do século XVIII

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.
17, núm. 3, septiembre-diciembre, 2013, pp. 1247-1257

Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305529845020>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Colonizadores portugueses, tartarugas e peixes-boi: uma história da busca por carne, gordura e combustível na Amazônia do século XVIII*

Marlon Marcel Fiori**

Christian F. M. dos Santos***

Resumo. Na Amazônia, os colonizadores portugueses consumiam a carne e gordura de peixes-boi (*Trichechus inunguis* e *Trichechus manatus*) e tartarugas-da-Amazônia (*Podocnemis expansa*). A gordura, depois de processada, era utilizada no preparo dos alimentos, iluminação (pública e residencial) e misturada com breu, para calafetar as embarcações. O consumo em larga escala destas espécies foi extensamente documentado no século XVIII. Os relatos deixados por viajantes, habitantes da região e funcionários a serviço da Coroa portuguesa, parecem indicar que a caça constante a estes animais, pode ter causado um profundo impacto em suas populações. O presente projeto busca analisar os possíveis impactos ambientais causados pela caça predatória, promovida pelos colonizadores portugueses, no século XVIII.

Palavras-chave: História da Amazônia; Tartarugas-da-Amazônia; Peixes-boi; Século XVIII.

Portuguese colonizers, turtles and sea-cows: a history on the search for meat, fat and pitch in 18th Amazon

Abstract. In the Amazon region the Portuguese colonizers ate the meat and the fat of sea-cows (*Trichechus inunguis* and *Trichechus manatus*) and turtles (*Podocnemis expansa*). After processing, fat was used to prepare food, street and house light, and to keel boats when mixed with pitch. The large scale consumption of these objects has been extensively documented in the 18th century. Reports by travelers, residents in the regions and Portuguese state servants indicate that constant hunting for these animals may have caused a deep impact on the native populations. Current analysis recovers the story.

Keywords: History of the Amazon; Turtles of the Amazon; Sea-cows; 18th century.

* Projeto recebido em 23/08/2013. Aprovado em 26/12/2013.

** Mestrando do PPGH/UEM, Maringá/PR, Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: marlonfiori@gmail.com

*** Orientador. Professor do PPGH/UEM, Maringá/PR, Brasil. E-mail: chfausto@hotmail.com

Colonizadores portugueses, tortugas y manatíes: una historia de la búsqueda de carne, grasa y combustible en la Amazonía del siglo XVIII

Resumen. Los colonizadores portugueses, en la Amazonía, consumían la carne y la grasa de los manatíes (*Trichechus inunguis* y *Trichechus manatus*) y de las tortugas del lugar (*Podocnemis expansa*). Después de procesada, la grasa era utilizada en la preparación de alimentos, en iluminación (pública y residencial) y, mezclada con brea, servía para calafatear las embarcaciones. El consumo en gran escala de estas especies fue extensamente documentado durante el siglo XVIII. Los relatos de viajeros, habitantes de la región y miembros de la administración portuguesa indicarían que la constante caza de estos animales podría haber causado un impacto profundo en sus poblaciones. Este proyecto trata de rescatar parte de esa historia.

Palabras Clave: Historia de la Amazonía; Tortugas de la Amazonía; Manatíes; Siglo XVIII.

Introdução

A história natural¹ adquiriu, no século XVIII, um interesse estratégico considerável (MORAES; SANTOS; CAMPOS, 2011). Entre os diversos impérios europeus estabeleceu-se uma verdadeira corrida para identificar recursos naturais, especialmente àqueles com potencial econômico. Tal empreitada mobilizou filósofos naturais e funcionários, com diversificados ofícios, aos mais recônditos cantos das colônias. Em Portugal, principalmente a

¹ No século XVIII, essa busca por obter e transmitir conhecimentos sobre o mundo natural, bem como por uma ordenação de seus componentes, estava vinculada a dois grandes campos de saber: a História Natural e a Filosofia Natural. Esses dois campos não foram imutáveis ao longo do tempo, mas, de um modo geral, a tarefa de nomear, descrever, classificar e descobrir a ordem dos componentes naturais pertencia à História Natural (FARBER, 2000). A Filosofia Natural, assinalada frequentemente como “física”, versava sobre as relações causais e matemáticas entre os fenômenos naturais, bem como sobre outras áreas da matemática – tais como a astronomia, ótica, estática, mecânica e hidráulica. Algumas áreas do conhecimento eram tratadas tanto pela História Natural quanto pela Filosofia Natural. Por exemplo, parte do domínio da atual disciplina da química, como a descrição e classificação das substâncias, estava inclusa no campo da História Natural, enquanto que as investigações sobre os estados das substâncias eram abordadas no campo da física (RUDWICK, 2005; HANKINS, 2002).

partir década de 1750, um eficiente programa, financiado pela Coroa, procurou reconhecer os recursos naturais e assegurar os domínios coloniais na Ásia, África e América. Esse programa, implementado durante o reinado de D. José I (1750-1777), com a administração do Marquês de Pombal, perpassou uma série de reformas educacionais e econômicas que foram, em seguida, ampliadas no reinado de D. Maria I (1777-1816) (COSTA; LEITÃO, 2009).

Uma medida significativa desse programa foi a reestruturação da Universidade de Coimbra. Em dezembro de 1770, foi formada a Junta da Previdência Literária que tinha, por objetivo, examinar as causas daquilo que se considerava ser uma decadência da Universidade e apontar as Faculdades e métodos que deveriam ser instituídos na sua reestruturação. Presidida pelo próprio Sebastião de Carvalho e Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal, as atividades da Junta resultaram na publicação do *Compêndio histórico do estado da Universidade* (1770) e os *Estatutos da Universidade de Coimbra*. Dos três volumes, que compunham os novos *Estatutos*, publicados em 1772, o último foi dedicado ao Curso das Sciencias Naturaes e Philosophicas. Contando com 339 páginas, o último volume dos *Estatutos* colocou em prática, com base nas propostas do médico português António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), uma nova grade curricular para a Faculdade de Medicina, criando as novas Faculdades de Matemática e Filosofia Natural, que também passaram a abarcar o Curso de Sciencias Naturaes e Philosophicas (BRIGOLA, 2003). Além das novas Faculdades, também foram fundados, na Universidade, o Museu de História Natural e o Jardim Botânico que, entre seus objetivos, deveriam proporcionar aos alunos o contato com práticas empíricas.

Desde 1772, com a publicação dos *Estatutos*, foram contratados novos professores para lecionar na Universidade de Coimbra. Alguns desses professores, como Domingos Vandelli (1735-1816) e Giannantonio Dalla Bella (1730-1823), eram naturais da Itália e adquiriram um papel fundamental nas

reformas educacionais e política econômica. Dalla Bella, por exemplo, foi um dos principais responsáveis pelo ensino da física experimental em Portugal e colaborou, juntamente com Vandelli, na elaboração do Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade (BRIGOLA, 2003). Domingos Vandelli, por sua vez, ocupou o cargo de lente de Química e História Natural da Universidade de Coimbra, sendo o principal responsável não só por incentivar, planejar e orientar as *Viagens Philosophicas*, mas também por treinar e formar os filósofos naturais que executaram essas viagens (CARDOSO, 2003). Percorrendo diversos pontos do Império colonial português, as *Viagens Philosophicas* foram expedições que tinham por objetivo, reconhecer os recursos naturais dos reais domínios e definir uma estratégia eficiente para alocação e uso desses recursos.

Ao lado de suas atividades como lente de Química e História Natural, na Universidade de Coimbra, Vandelli publicou uma série de relatórios, *Instruções de Viagem e Memórias*. As *Memórias* abordavam, entre outros temas, os Museus de História Natural e Jardins Botânicos de Portugal, mineralogia, agricultura, coleta de animais e as práticas que deveriam ser seguidas pelos filósofos naturais durante o seu trabalho de campo. Nos escritos de Vandelli, encontramos uma percepção utilitarista dos recursos naturais, bem como sobre a aplicação e prática da História Natural.

Com a morte de D. José I, em 1777, e a queda de seu ministro, o Marquês de Pombal, boa parte das reformas iniciadas na gestão anterior foram reforçadas no reinado de D. Maria I (1777-1816). Em 1779, por meio dos esforços de D. João Carlos de Bragança (1719-1806), segundo Duque de Lafões, e de José Correia da Serra (1751-1823), a Academia Real de Ciências de Lisboa foi instituída (CARVALHO, 1987). A Academia de Ciências publicou, entre 1789 e 1815, cinco volumes das *Memorias economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em*

Portugal e suas conquistas. O primeiro volume das *Memórias* contava, em seu prefácio, com um *Discurso preliminar* de um de seus fundadores, o filósofo natural e diplomata português José Correia da Serra. No *Discurso preliminar*, Serra destacou a importância da História Natural para a política econômica, enquanto campo do saber capaz de promover o conhecimento das produções naturais e suas utilidades.² Em outra passagem do *Discurso*, Serra também delineou o escopo das *Memórias* da Academia que, conjuntamente às investigações sobre literatura portuguesa, manufatura, comércio e “sciencias exactas”, incluía:

Dar-nos a conhecer o que temos; ensinar-nos a aproveitallo; escolher na immensa variedade das produções da natureza, espalhadas por outras terras, novas plantas, animaes, e culturas analogas aos climas, e terrenos que os Portuguezes habitão; dallas a conhecer; e facilitar a sua introdução, são bens que devem resultar dos trabalhos patrioticos da Academia, e meios de adiantar a pública prosperidade, que mui propriamente lhe competem (SERRA, 1789, p. VIII-IX).

Concomitantemente ao estabelecimento da Academia de Ciências, as atribuições funcionais do Museu de História Natural e Jardim Botânico, localizados junto ao Palácio da Ajuda, em Lisboa, aumentaram consideravelmente. Embora tenham sido criados durante a administração pombalina, foi no reinado de D. Maria I, sob a estratégia político-econômica de Martinho de Melo e Castro (1716-1795), Ministro da Marinha e Ultramar entre 1777 e 1795, que essas duas instituições passaram a exercer papel fundamental na orientação e logística das *Viagens Philosophicas*. Contando com um crescente corpo de funcionários, o Museu de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda foram os responsáveis por conservar, catalogar e sistematizar grande

² “O primeiro passo de hum Nação, para aproveitar suas vantagens, he conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerrão, o que de si produzem, o de que são capazes. A Historia Natural he a única sciencia que taes luzes póde dar; e sem hum conhecimento solido nesta parte, tudo se ficará devendo aos acasos, que raras vezes basta para fazer a fortuna, e riqueza de hum povo” (SERRA, 1789, p. VIII).

parte das coleções e produtos naturais que eram remitidos das colônias (BRIGOLA, 2003).

Parte do corpo de funcionários que passou a compor o Museu de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda havia se formado recentemente (ou estavam se formando) no Curso de Sciencias Naturaes e Philosophicas da Universidade de Coimbra. Exemplo relevante foi o de Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) e João da Silva Feijó (1760-1824), formados na Faculdade de Filosofia Natural, foram contratados como “demonstradores” de história natural do Jardim Botânico da Ajuda (PATACA, 2006).

No período pombalino, o reconhecimento natural e territorial das colônias do Império português contou com a participação de um significativo número de governadores, militares e funcionários com diversificados ofícios. Em muitos casos, ainda que não tenham sido formalmente treinados, esse corpo de burocratas e funcionários foram atores essenciais no empreendimento de descrever e compreender o território e a natureza dos domínios coloniais (COSTA; LEITÃO, 2009). Durante a administração de Martinho de Melo e Castro, os integrantes das *Viagens Philosophicas* passaram a atuar em muitos pontos das colônias, ao lado de governadores, funcionários e militares.

Como parte da estratégia político-econômica, colocada em prática desde o governo do Marquês de Pombal para o reconhecimento do território e da natureza do Império português, os integrantes das *Viagens Philosophicas* percorreram diversos pontos das colônias na África, Ásia e, principalmente, na América. Essas expedições, geralmente capitaneadas por filósofos naturais formados por Domingos Vandelli na Universidade de Coimbra, também contaram, em muitos casos, com a participação de riscadores e jardineiros botânicos, igualmente importantes na tarefa de descrever, coletar, catalogar e remeter os produtos naturais das colônias.

O projeto

No âmbito da estratégia político-econômica de reconhecimento do território e natureza das colônias do Império português, colocadas em prática durante o período pombalino e na administração de Martinho de Melo e Castro, como Ministro da Marinha e Ultramar, a Amazônia recebeu notável atenção.

Isso se deve, em grande medida, ao fato de que a maior de todas as florestas tropicais possuía um vasto território, com uma fauna e flora com considerável potencial exploratório, mas relativamente pouco conhecido. Consequentemente, o território e os recursos naturais da Amazônia poderiam contribuir não só para maior compreensão da história natural, mas também para o desenvolvimento econômico de Portugal – na medida em que os produtos naturais coletados na floresta, a produção agrícola e aclimação de novas plantas e animais, com importância econômica, poderiam render lucros aos cofres da coroa.

Esse projeto de reconhecimento da Amazônia contou com a elaboração de uma *Viagem Philosophica*. Em 1779, o filósofo natural luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira foi indicado para liderar uma expedição que pretendia percorrer as costas do Pará, a Ilha de Marajó, o rio Xingu, o Amazonas, o Tapajós, o rio Madeira até o Mato Grosso, e retornar pelo Tocantins. Por uma série de contratempos, esse projeto original foi alterado e só viria a ser posto em prática quatro anos mais tarde (DOMINGUES, 1991). Como líder da *Viagem Philosophica*, Ferreira acabaria por desembarcar na cidade portuária de Belém do Pará em outubro de 1783, acompanhado de um jardineiro botânico e os riscadores José Joaquim Freire e Joaquim José Codina. Até dezembro de 1792, quando retornou para Portugal, ele percorreu mais de 35 mil quilômetros através de áreas ribeirinhas da Amazônia. Por onde passou,

Ferreira preparou uma série de relatórios, diários, tratados e anotações sobre a fauna, flora e populações nativas da Amazônia, denominadas de *Memórias*.

O interesse pela Amazônia também se devia à permeabilidade da fronteira amazônica, que significava, desde longa data, um sério problema para Portugal e Espanha. Com a assinatura do Tratado de Madrid (1750) e de Santo Ildefonso (1777), ambas as coroas resolveram determinar, por meio de dados e cartas geográficas mais precisas, os limites das fronteiras. Para isso, foram mobilizados para o interior da Amazônia astrônomos, cartógrafos, matemáticos e engenheiros (RAMINELLI, 2008).

Uma das mais significativas contribuições, oriundas do interesse da coroa portuguesa pela Amazônia, foi que, sobretudo a partir da década de 1750, surge um extenso número de registros históricos que tratam dos aspectos geográficos, zoológicos e botânicos da maior de todas as florestas tropicais – diários, ofícios, cartas, memórias, relatórios, desenhos, mapas, coleções de história (FERREIRA, 1983; LANDI, 2002; BRUNELLI, 2011). Um dos aspectos que mais chama a atenção nesses registros são as constantes referências ao consumo de tartarugas e seus ovos, notadamente de tartarugas-da-Amazônia (*Podocnemis expansa*), e as reiteradas menções à matança de peixes-boi (*Trichechus inunguis* e *Trichechus manatus*), pela procura dos colonizadores portugueses por carne, gordura e combustível.

As tartarugas-da-Amazônia se tornaram um item fundamental no cardápio dos colonizadores portugueses. Eles passaram a consumir a gordura destes quelônios que, depois de derretida, era conhecida como *manteiga das banhas*. Como se as próprias tartarugas não fossem suficientes, seus ovos também se tornaram alvo da predação colonizatória. Depois de coletados, os ovos eram amontoados em grandes pilhas e esmagados para produzir uma esbanjadora quantidade de óleo, denominado de *manteiga dos ovos*. “As tartarugas [...]”, observou um dos governadores da capitania São José do Rio Negro, em

1787, “[...] encerram em si um manancial de riquezas pela prodigiosa quantidade de manteigas que se faz de seus ovos, e das suas banhas”. Estes dois recursos, continuava ele, são “[...] da primeira necessidade no paiz”, referindo-se ao Estado do Grão-Pará (LOBO D’ALMADA, 1861, p. 664). A manteiga dos ovos foi largamente utilizada pelos colonizadores para fins culinários, misturada com o breu para a calafetagem das embarcações e como combustível para a iluminação pública e residencial. A gordura, um recurso mais escasso, era empregada apenas para preparar os alimentos.

A exemplo da *Podocnemis expansa*, os colonos portugueses ou os nativos encarregados desse trabalho, também abatiam o peixe-boi-da-Amazônia por sua gordura, que igualmente era utilizada no preparo dos alimentos, misturada com breu para a calafetagem das embarcações e como combustível na iluminação pública e residencial. Além da gordura, a carne desse mamífero era uma importantíssima fonte proteica para os colonizadores. Ela era salgada, utilizada no preparo de linguças e de uma enorme quantidade de potes de mixira, uma iguaria amazônica feita com a carne de peixe-boi retalhada em pequenos pedaços, frita e conservada na banha do próprio animal. Os peixes-boi, notou Alexandre Rodrigues Ferreira (1903, p. 170), em 1786, são “[...] hum dos Animaes utilíssimos ao Estado do Pará”. Da sua carne, “[...] se fazem as importantissimas Provisoens dos Peixes seccos, e de salmoura, das chamadas Michiras, as Linguças, e das banhas se preparão as manteigas, tudo isso de hum consumo notavel por todo o Estado” do Grão-Pará e Maranhão (FERREIRA, 1903, p. 170).

A intenção deste projeto de pesquisa é, portanto, a de investigar como a busca dos colonizadores por carne, gordura e combustível pode ter contribuído para o arrasamento das populações das tartarugas-da-Amazônia (*Podocnemis expansa*) e das duas espécies de peixes-boi (*Trichechus inunguis* e *Trichechus manatus*) ao longo século XVIII. Nos dias de hoje, tanto o peixe-boi

da Amazônia quanto o peixe-boi marinho estão ameaçados de extinção. As *P. expansa*, por sua vez, parecem estar ocorrendo em números consideravelmente menores do que aparecem nos registros setecentistas. Esses dados, embora forneçam informações relevantes não só à compreensão do processo de colonização portuguesa na bacia amazônica, mas também de seu impacto nas populações de tartarugas e peixes-boi, permanecem pouco estudados.

Referências

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.

BRUNELLI, Giovanni Angelo. De flumine Amazonum. In: PAPAVERO, Nelson; CHIQUIERI, Abner; OVERAL, William L.; SANJAD, Nelson; MUGNAI, Riccardo. *Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli (1722-1804), astrônomo da comissão demarcadora de limites, sobre a Amazônia brasileira*. Belém: Fórum Landi, 2011. p. 122-163.

CARDOSO, José Luís. From natural history to political economy: the enlightened mission of Domenico Vandelli in late eighteenth-century Portugal. *Studies in History and Philosophy of Science*, v. 34, p. 781-803, 2003.

CARVALHO, Rômulo de. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Icalp/Ministério da Educação, 1987.

COSTA, Palmira Fontes da; LEITÃO, Henrique. Portuguese imperial Science, 1450-1800: a historiographical review. In: BLEICHMAR, Daniela; DE VOS, Paula; HUFFINE, Kristin; SHEEHAN, Kevin (Org.). *Science in the spanish and portuguese empires, 1500-1800*. Stanford: Stanford University Press, 2009. p. 35-53.

DOMINGUES, Ângela. *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*. Coimbra: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração; Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.

FARBER, Paul Lawrence. *Finding order in nature: the naturalist tradition from Linnaeus to E. O. Wilson*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Belém: Círculo do Livro; Museu Emílio Goeldi, 1983.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Memoria sobre o peixe boi e do uso que lhe dão no Estado do Grão Pará. *Archivos do Museu nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, v. 12, p. 169-174, 1903.

HANKINS, Thomas L. *Ciência e Iluminismo*. Porto: Porto Editora, 2002.

LANDI, Antonio Giuseppe. O códice: descrição de varie piante, frutti, animali, passeri, pesci, biscie, rasine, e altre simili cose che si ritrovano in questa Cappitanía del Gran Pará [ca. 1772]. In: PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins; CAVALCANTE, Paulo. B.; HIGUCHI, Horácio. *Landi: fauna e flora da Amazônia brasileira*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

LOBO D'ALMADA, Manoel da Gama. Descrição relativa ao rio Branco (1787). *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 24, p. 617-683, 1861.

MORAES, Eulália Maria Aparecida; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; CAMPOS, Rafael Dias da Silva. Filosofia natural lusa: a Viagem Philosophica e a política iluminista na América portuguesa setecentista. *Confluente*, v. 4, n. 1, p. 75-91, 2011.

PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Campinas, 2006. Tese (Doutorado em Geociências) - Universidade Estadual de Campina, Instituto de Geociências, 2006.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governa a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RUDWICK, Martin J. S. *Bursting the Limits of Time*. Chicago/Londres: University of Chicago Press, 2005.

SERRA, José Correia da. Discurso Preliminar. In: *Memorias economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal e suas conquistas*. v. 1. Lisboa: Offcina da Academia Real das Sciencias, 1789. p. V-XI.

SIMON, William J. *Scientific expeditions in the Portuguese overseas territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the intellectual-scientific community of the late eighteenth century*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1983.

